

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



A Formação da Universidade de Pesquisa no Brasil

Prof. Dr. Daniel Guerrini
Universidade Estadual de Londrina
daniel_guerrini@hotmail.com

Prof. Dr. Renato de Oliveira
Centro Universitário UNIVATES
renato.oliveira@ufrgs.br

Prof. Dr. Luciano Fedozzi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
lucianofedozzi@gmail.com

Financiamento CAPES

Resumo

Este trabalho discute a formação do modelo de universidade de pesquisa no Brasil. Observa-se que na história dessa formação estão as faculdades profissionais isoladas (de medicina, direito e engenharias) e institutos de pesquisa científica (como o Instituto Bacteriológico de São Paulo e o Instituto Soroterápico Federal), que se encontram nas primeiras décadas do século XX através da conduta de seus agentes, orientados ao fortalecimento e institucionalização da atividade científica no país. Esse encontro entre histórias paralelas resulta em um modelo institucional que hoje é caracterizado por fortes regulações estatais (burocráticas) e dos órgãos acadêmicos. Enquanto as faculdades isoladas forneceram uma base institucional tradicionalista ao ensino superior brasileiro, ao buscarem preservar seu status hierárquico na sociedade, os institutos de pesquisa científica forneceram um ideal de desenvolvimento da sociedade a partir da ciência e da tecnologia modernas, orientações estas assumidas pelos agentes de cada um desses espaços de atividade acadêmica/científica.

Palavras-chave: Sociologia do ensino superior; História do ensino superior; Sociologia da ciência;

Para Sérgio Buarque de Holanda (1995), as atividades ligadas à ciência no Brasil foram sempre atividades essencialmente livrescas e ostentatórias para aqueles estratos sociais cujos esquemas de classificação social encontravam-se desvinculados de seu desempenho na vida econômica. Nas palavras de Faoro (2001, p. 82), historicamente a ciência é uma atividade voltada para as “escolas e para os letrados e não para a nação, [ou] para suas necessidades materiais”.

Geneticamente, isso está ligado à transplantação do ES à sociedade brasileira enquanto essa ainda vivia uma ordem senhorial escravocrata. Esse nível de educação atendia aos estratos privilegiados da população, que mantinham uma relação negativa com o trabalho, assunto de escravos. O ensino superior surge, portanto, como uma etapa da escolarização exclusiva a determinados grupos sociais. Reflexo de uma vida social cindida, em que o trabalho e

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



a vida econômica, em contraposição ao ócio e à atividade exclusivamente intelectual, são relegados a um plano subvalorizado (F. FERNANDES, 2006; OLIVEIRA et al., 2009).

O Brasil, como colônia portuguesa, não desenvolveu instituições de ensino superior e/ou de pesquisa. As elites eram educadas em Portugal quando queriam expandir sua educação para o nível terciário. Isto era parte de uma política sistemática de Portugal, não permitindo que suas colônias tivessem universidades para que os laços com a metrópole fossem sempre estreitos (TEIXEIRA, 1989). Mas após a vinda da Família Real em 1808 para o Brasil, tornando-o a sede administrativa do Império Português, mais tarde declarado parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o desenvolvimento das suas estruturas societárias foi sentida como necessária. Foi assim que algumas instituições de nível pós-secundário foram criadas, basicamente como escolas profissionais de medicina, engenharia e advocacia, áreas essenciais para o preenchimento das recém-criadas funções administrativas no Brasil (SODRÉ, 1987; FERNANDES, 2004; DURHAM, 1998; 2003; TEIXEIRA, 1989).

Durante o período monárquico, de 1808 a 1889, o nível terciário de educação foi caracterizado pela criação de escolas profissionais e institutos de pesquisa, de maneira dissociada, conforme a necessidade das elites locais e de preenchimento de cargos públicos (DURHAM, 1998; 2003). Entre 1808 e 1810 foram criadas quatro escolas profissionais, a de Cirurgia e Anatomia da Bahia (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro), a Academia de Guarda da Marinha, também no Rio, além da Academia Real Militar (hoje Escola Nacional de Engenharia da UFRJ) (DURHAM, 2003). Nos anos seguintes foram criadas a Escola Imperial de Belas Artes, o Museu Nacional e o Jardim Botânico (TEIXEIRA, 1989).

F. Fernandes (2006) diz que o primeiro quartel do século XIX marcou o ES brasileiro. Para o autor, a sociedade brasileira, em processo de nacionalização, adaptou o modelo institucional trazido para cá, segundo as características sócio-culturais da época. Nesse sentido, o modelo trazido transcendia as necessidades e capacidades sociais, fazendo com que o padrão brasileiro de escola superior fosse apenas resíduo do que fora em Portugal e na Europa, além de lhe submeter a uma utilização precária. Esse processo implicou, nas palavras do autor, três tipos de empobrecimento estrutural-funcional: segmentação; despojamento institucional; empobrecimento funcional.

A segmentação é uma das características mais discutidas sobre o ES brasileiro na literatura. Diz respeito à transposição de faculdades isoladas e não do modelo de universidade portuguesa para cá. Isso se explica tanto pelo interesse de dominação da Coroa, como pela dispersão demográfica e pela organização estamental da sociedade brasileira. As políticas educacionais nesse contexto foram estreitas e imediatistas, fazendo parecerem as faculdades

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



isoladas um modelo suficiente.

A transplantação do ES para o Brasil esteve ligada a um projeto de modernização controlada que tirou de cena qualquer tentativa de autonomização cultural. Formou-se, então, um ES despojado de suas funções institucionais originais e organizado para intensificar a transplantação cultural e diminuir a distância entre Portugal, Europa e Brasil, alheio aos esforços do século XVIII pela modernização desse nível de ensino em Portugal pelo Marquês de Pombal e também à reforma universitária iniciada na Alemanha no início do século XIX. A transplantação cultural não significou aqui a organização interna do SES através de uma reforma de seu currículo, de seus métodos pedagógicos, ou da implantação de um modelo de instituição investigativa, mas apenas colocar em contato as instituições brasileiras com as europeias para importar os conhecimentos e atividades que lá eram realizados e serem aqui reproduzidos.

Essa modernização controlada empobreceu funcionalmente o ES, pois demandava apenas a formação de um letrado com aptidões gerais e informações básicas para o exercício técnico-profissional. Parte importante da aprendizagem dos estudantes era absorvida em ambientes extraescolares, através de formação complementar na Europa e principalmente no exercício profissional propriamente dito.

Coerentemente, essa análise mostra como o caráter cultural da vida social brasileira moldou a transposição de um modelo institucional criado na Europa e como se dá sua implantação nesse ambiente estranho. F. Fernandes (2006) mostra como a transposição institucional foi orientada na direção da consolidação da ordem social existente, baseada na estratificação étnica e na dominação patrimonialista dos estamentos senhoriais brasileiros. Mas a análise que o autor faz resume a formação do padrão de ES no Brasil à discussão das faculdades isoladas, que estiveram durante o período colonial e monárquico praticamente restritas às áreas de medicina, engenharia e direito.

Até a proclamação da República, ao todo, foram feitas mais de 20 propostas de criação de universidades no Brasil, porém todas foram rejeitadas e/ou engavetadas. Por trás disso está uma atitude sistemática de controle da atividade cultural em geral e científica em particular no país. A pesquisa científica propriamente dita não encontrou respaldo nas faculdades isoladas, com exceção das faculdades de medicina que, mais tarde (entre o fim do século XIX e início do XX), contribuíram com a adoção e promoção do método experimental em seus laboratórios (TEIXEIRA, 1989). Sendo assim, aponta-se aqui para o desenvolvimento de institutos de pesquisa científica como fator igualmente importante para a compreensão da institucionalização do modelo de universidade de pesquisa brasileiro. Argumenta-se que a universidade brasileira, institucionalizada sistematicamente somente a partir da década de 1930, resulta do encontro do padrão brasileiro de ES centrado nas faculdades isoladas e dos institutos e organizações voltadas à pesquisa científica criados (a que custos!) durante o período monárquico e início da Primeira República. A

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



universidade de pesquisa brasileira formou-se, portanto, de um lado por escolas profissionais incumbidas da formação dos estratos superiores da sociedade brasileira e seus quadros administrativos e, de outro, por institutos e organizações voltados à pesquisa científica, criados com muita resistência política e social e que, por isso, contou com poucos financiamentos e incentivos. Em meio a esse segundo processo, formaram-se cientistas e pesquisadores comprometidos com o desenvolvimento científico, a despeito de seus reveses, e que mais tarde encontrariam um porto seguro em uma institucionalidade vinculada à sociedade tradicional, que foi a reunião das escolas isoladas em universidades. Esse encontro se substanciou na universidade de pesquisa brasileira.

À exceção da adoção do método experimental nas faculdades de medicina, a pesquisa científica só encontrou algum espaço institucional, no período monárquico, após a independência do país e não com poucas dificuldades, sobretudo dependendo de relações pessoais entre membros ilustrados do poder executivo e pesquisadores. D. Pedro II foi um entusiasta das ciências, membro da Royal Society, da Academia Russa de Ciências, da Academia Real de Ciências e Artes da Bélgica, da Sociedade Geográfica Americana e da Academia de Ciências da França. Outra figura importante desse período, José Bonifácio de Andrada e Silva, dito “patriarca da Independência”, nomeado tutor de D. Pedro II quando da minoridade deste, foi professor de geologia da Universidade de Coimbra, membro da Academia de Ciências de Lisboa e descobridor de quatro minerais em suas explorações pela Europa. Aparentemente, o Brasil independente contava com uma elite governante pronta e capaz de dar a devida importância à filosofia e às ciências modernas, construindo para tanto um ambiente institucional específico. Mas a realidade foi mais complexa.

De fato, D. Pedro I decretou a criação, em 1827, do Observatório Astronômico, mas o mesmo só foi ser efetivamente inaugurado em 1845. A história dessa instituição é relatada na obra de Morize (1987), prefaciada por Nelson Werneck Sodré (1987). Do mesmo modo, D. Pedro II criou, como mostra Carvalho (2010), a Escola de Minas de Ouro Preto em 1876, criação esta que já tinha sido decretada 35 anos antes (TEIXEIRA, 1989). Por isso, o período da Independência mostra-se como de grande importância para o entendimento da gênese das instituições de ensino superior brasileiras. O interesse hesitante, e até mesmo omissivo, de D. Pedro II, tanto pelo Observatório como pela Escola de Minas, como relatam Sodré (1987) e Teixeira (1989), é rico em significações.

No caso da Escola de Minas de Ouro Preto, seu reitor, Claude Henri-Gorceix, pesquisador francês, tornou-se amigo pessoal do imperador e esta amizade, muitas vezes, impediu que a Escola fosse fechada, como era da vontade de diversos políticos durante o Império (CARVALHO, 2010). No outro caso, Sodré (1987) mostra como o Observatório, nas palavras de um diretor seu, vivia sob pressão de uma “opinião pública [que] não estava bastante madura para

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



possuir grandes estabelecimentos científicos” (Emanuel Liais apud SODRÉ, 1987, p. 11), mas que também retinha a atenção e interesse do próprio Imperador, que o visitava com frequência.

Nos dois casos, existiu um longo hiato entre decretar a criação dessas instituições e a efetivação de tais decretos. O próprio funcionamento das mesmas sempre passou por grandes percalços. Teixeira (1989) discute esse fato e o atribui à omissão tanto do Imperador quanto das elites políticas brasileiras em relação ao tema da universidade nacional. Para esse autor, o hábito, criado durante o período colonial, de contar apenas com a Universidade de Coimbra para a formação das elites, parece ter criado uma atitude de prudência e de considerar a universidade nacional uma futilidade desnecessária, para a qual o país não estaria preparado. Nesse sentido, os cursos profissionais de Medicina, Direito, Engenharia, Minas e Agronomia pareciam suficientes e uma solução mais condizente com as necessidades nacionais, a qual Teixeira (1989) denominou solução substitutiva.

A decadência da Universidade de Coimbra no século XVIII, somada à ausência habitual dessa instituição em solo nacional, parece ter criado uma tradição antiuniversitária, fortalecida com os argumentos “dos positivistas, identificando a universidade com as formas obsoletas da cultura medieval” (TEIXEIRA, 1989, p. 68).

Teixeira (1989) explica essa tradição antiuniversitária do período imperial. Para o autor, mais do que simplesmente um caso de cultivo de ideais (da ciência, do conhecimento, da filosofia) sem correspondência na vida material, se almejavam e admitiam formalmente valores que não eram aqueles efetivamente incorporados pela sociedade brasileira. Dessa forma, a cultura intelectual era objeto de extremo culto e do maior descaso, quando se tratava de criar as condições concretas e materiais para sua realização. Resulta daí a ideia de que a cultura intelectual é resultado de um milagre ou do heroísmo de uma história de vida exemplar. E de fato, durante o período do Império o estudo autodidata era prática disseminada, já que os colégios imperiais eram extremamente exigentes. Porém o país não contava com uma universidade para formar seus professores. As escolas profissionais funcionavam em tempo parcial e eram inapropriadas para a formação da cultura humanística e abrangente exigida pelos colégios do Império.

Entretanto, a atitude fundamental que Teixeira (1989) identifica como sendo aquela determinante para esse estado de coisas capta apenas parte da problemática nacional no que diz respeito à formação de uma cultura científica e suas instituições específicas. Para este autor, existiria uma racionalização de um complexo de inferioridade entre as elites e os grupos responsáveis pela educação no Brasil, que os fazia se julgarem capazes apenas de importar cultura e não criá-la e/ou elaborá-la no país independente.

Isso parece ser um problema de superfície da vida social, pois a racionalização de um complexo de inferioridade não explica o interesse hesitante pela ciência de certos agentes da

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



elite política e econômica brasileira. Ela pode ter servido sim como racionalização conveniente a certos estratos dessa elite, mas o cerne explicativo para a manifestação desse fenômeno pode ser encontrado na interpretação de Florestan Fernandes (2006) sobre a independência do Brasil. Segundo a mesma, os estamentos senhoriais, que dominaram a vida pública a partir do Império, lograram obstaculizar e controlar de perto todos os processos capazes de modernizar a cultura e as estruturas sociais brasileiras. Tal êxito está ligado à passagem da ordem senhorial escravocrata do período colonial para a ordem social competitiva, própria do capitalismo moderno. Os estamentos dominantes foram capazes de permanecer como estratos privilegiados ao longo de todo o processo de mudança e revolução social que tal processo significou. Um dos mecanismos usados para tanto foi exercer um rígido e autocrático controle sobre o desenvolvimento das estruturas societárias do país, monopolizando até categorias próprias da vida moderna capitalista, como “livre iniciativa”, “propriedade privada”, “cidadania”, todas tidas como privilégio dos estratos mais ‘civilizados’ da nação, i.e. dos estamentos senhoriais. Fernandes (2006) mostra como essa ação foi deliberada, a partir da consciência desses estratos de que sua posição privilegiada não era resultado de seu esforço, mas da imposição autocrática de sua vontade e das relações de lealdade que se estabeleciam em torno desta. Sendo assim, entende-se que, não apenas a universidade, uma instituição de produção de um conhecimento racional e sistemático sobre a realidade concreta, era considerada supérflua em uma sociedade que contava com o trabalho escravo para sua subsistência material, mas também e, acima disso, como sendo uma potencial desestabilizadora de toda a ordem senhorial.

Sabe-se que os estamentos senhoriais eram compostos pela aristocracia agrária e pelos estratos intermediários da vida social. Estes ocupavam posições-chave na burocracia e, no então novo, setor urbano-comercial, sempre devendo essas posições aos favores da elite agrária. Assim se mantinha a lealdade e a coesão de uma ordem arcaica que só aos poucos e controladamente abria espaço para a formação de uma nova ordem competitiva. Essa relação de lealdade é absolutamente incompatível com o compromisso em relação aos valores que se criam entre aqueles que se dedicam à investigação científica. Valores esses que são racionalizados e colocam no horizonte desses agentes a compreensão factual do mundo. Tal horizonte, e o comportamento que dele deriva, não significam outra coisa senão o estorvo de uma ordem senhorial e escravocrata, baseada em laços de lealdade pessoais e familísticos avessos a toda forma de racionalização. Nesse contexto, o interesse hesitante de D. Pedro II pela ciência e pelas iniciativas institucionais a elas ligadas durante seu reinado, em que pese sua paixão pessoal pelo tema, aparece como reflexo do poder moderador que ele de fato exercia, na tentativa de conter os conflitos potenciais entre os poderes senhoriais oligárquicos de um país continental em vias de modernização pelo alto. Certamente os estamentos senhoriais regionais viam como um caso de grave insubordinação uma instituição estatal sobre a qual eles não poderiam controlar, sem poder

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



interferir sobre quem, como e quando alguém ocuparia um cargo, passando os pretendentes pelo crivo de critérios baseados nos valores racionalizados da atividade científica.

Foi nesse contexto que a atividade científica foi ganhando espaço à margem das instituições de ES profissional do Império. Foi também devido a esse contexto que se formou entre esses pesquisadores um forte compromisso com os valores científicos. Ao final do século XIX foram criados institutos de pesquisa a partir de interesses localizados, como a Estação Experimental de Campinas em 1887, depois Instituto Agrônomo de Campinas, o Instituto Bacteriológico de São Paulo em 1892, o Instituto Butantan também de São Paulo em 1899, o Instituto Soroterápico Federal, mais tarde Fundação Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro em 1901 e o Instituto Biológico de São Paulo em 1928 (CUNHA, 2007), além da Escola Agrícola de Taquari, no Rio Grande do Sul, criada em 1890.

Esses institutos foram criados visando a solução de problemas específicos, geralmente ligados às políticas econômicas de suas épocas e regiões (garantia das exportações em Santos, a produção cafeeira, contenção de doenças e epidemias no processo de urbanização, etc.). A intenção dos governantes responsáveis pela criação desses institutos era manter sua atuação circunscrita às demandas que tinham para manutenção da ordem social, o que fica bastante claro quando Maximiano Antônio da Silva Leite, lente de Matemática da Academia de Marinha, diz que para a astronomia “é preciso saber observar, sem o que a Ciência é mais curiosa que útil, e neste caso não teria a proteção dos Governos” (apud Morize, 1987, p. 44). Observa-se aí os particularismos morais da vida social brasileira, moldando a instituição da atividade científica e sendo interiorizados pela estrutura de personalidade do cientista brasileiro. Estabeleceu-se no horizonte da atividade científica a busca por uma utilidade imediata, sem o que, sabia-se, não haveria apoio ou proteção dos governos e sociedade. Encontra-se aí a origem da noção de dever mobilizada por cientistas brasileiros, cuja referência principal é a solução de problemas sociais ao buscar legitimidade de sua atividade profissional.

Não obstante, os pesquisadores dos institutos acima citados enfrentaram dificuldades para manter a regularidade de suas pesquisas, sendo o financiamento das mesmas inconstante. A justificação para a criação dos mesmos deixa claro o limite da legitimidade das atividades realizadas. Os planos imediatistas fizeram, por exemplo, com que o Instituto Soroterápico Federal, após conter a peste bubônica da Capital do país (na época, Rio de Janeiro)¹, buscasse financiamento em outros Estados, que enfrentavam problemas sanitários e epidemiológicos. Todos com prazos delimitados de atuação (A.M.-FERNANDES, 1990; CUNHA, 2007; SCHWARTZMAN, 2001; THIELEN e DOS SANTOS, 2002).

1 A peste bubônica assolou a cidade do Porto, em Portugal, no ano de 1899. Trata-se de uma doença causada pela bactéria *Pasteurella pestis*, sendo seus principais sintomas são a febre alta, sede intensa e cansaço. Em outubro de 1899 a doença chegou ao Brasil, na cidade de Santos, São Paulo, chegando em apenas três meses na Capital Federal.

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Do período monárquico até a primeira República, os institutos especializados, onde se fazia pesquisa científica de fato, obtinham apoio político e econômico episódicos. O apoio político, fundamental no processo de institucionalização de determinadas atividades, não era nesse caso um desdobramento da legitimidade que a atividade de pesquisa possuía perante a sociedade, mas resultado de relações personalistas com políticos que, em determinada conjuntura, ocupavam cargos executivos relevantes e que se interessavam pessoalmente pela atividade científica, percebendo sua necessidade para a resolução de problemas derivados de políticas de modernização sendo implementadas. Mas o mais interessante é que, longe de implicar uma instrumentalização da atividade científica, essas relações políticas personalistas, englobadas por medidas modernizadoras, deram fermento à formação de uma conduta metódica entre cientistas brasileiros. Esse curso de ação é que possibilitou aos institutos de pesquisa mencionados consolidarem-se como fatores determinantes na institucionalização da universidade de pesquisa no Brasil.

Oliveira (1997) analisa o caso da revolução microbiana encampada por Oswaldo Cruz no Brasil, que evidencia a formação do caráter modernizador da conduta do cientista brasileiro e põe às claras a natureza da relação entre cientistas e políticos. Existiu nas cidades do período imperial e da primeira República um engajamento de uma elite dos médicos brasileiros nas políticas de higienistas implementadas por diversos governos. Uma das mais significativas foi aquela implementada por Rodrigues Alves, eleito presidente da República em 1902. Este nomeou Oswaldo Cruz Diretor Geral da Saúde Pública e o colocou à frente do Instituto Soroterápico do Rio de Janeiro para implementar suas reformas sanitárias. Oswaldo Cruz identificou-se plenamente com os métodos autoritários de modernização de sua época, demandando, por exemplo, a criação de um dispositivo jurídico para lidar com médicos que, em nome do segredo profissional, se recusavam a informar as autoridades sobre doenças contagiosas diagnosticadas.

A política de Rodrigues Alves, entretanto, abriu espaço para o desenvolvimento de uma política higienista científica contraposta à senhorial. A nova orientação da política higienista, entretanto, não pode ser explicada pela lógica de desenvolvimento capitalista, que demandava uma política científica para colocar em movimento a modernização da economia. Como afirma Oliveira (1997), o fenômeno original nesse contexto social é que existe uma crescente oposição do novo paradigma científico (microbiológico) em relação ao sistema político representado pela República oligárquica. A modernização posta em marcha pelo governo de Rodrigues Alves (ele próprio parte da elite agrária cafeeira de São Paulo) pretendia deixar intacta a estrutura social senhorial. Mas o meio médico oficial, com seu modelo de atendimento privado familiar, não tinha a competência e os meios necessários para por em prática os projetos de modernização. Assim, os médicos sanitaristas, munidos dos ideais da pesquisa experimental, encabeçaram uma política higienista científica, desenvolveram pesquisas e fizeram descobertas que terminaram por

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



conquistar adeptos entre a comunidade médica. Os médicos sanitaristas, como 'soldados de uma revolução científica', passaram, cada vez mais, a se opor a um sistema político em crise crescente (OLIVEIRA, 1997).

Foi assim que durante o período imperial até a virada da República se moldou um sistema social de personalidade entre pesquisadores brasileiros. Estes agentes se dedicaram à empresa científica e se empenharam na constituição de institutos e centros de pesquisa para poderem consolidar sua atividade profissional. Tal empenho e dedicação, entretanto, chocavam-se com uma moral social não-racionalizada, justificadora de privilégios e de formas arcaicas de dominação da vida social. A ação metódica desses pesquisadores encontrou respaldo, com muito esforço e dificuldade, na vontade de políticos inclinados a estimular a atividade científica, sem que isso implicasse a instrumentalização da atividade científica. As ações políticas de apoio à atividade científica abriram um espaço estrutural para seu desenvolvimento, nos moldes analisados por Oliveira (1997) no caso das políticas sanitaristas de Oswaldo Cruz e seus colaboradores. Essas fendas estruturais foram abertas por D. Pedro II, com seu apoio à Escola de Minas (CARVALHO, 2010) e ao Observatório Astronômico, pelo Ministro da Guerra Jerônimo Francisco Coelho, que em 1845 assumiu a responsabilidade de, nas suas palavras, “dar vida [...] [à] semimorta fundação” do Observatório Astronômico, cujo decreto de fundação datava de 1827 (apud MORIZE, 1987, p. 47) e pelo Presidente Rodrigues Alves no período Republicano com as políticas higienistas (OLIVEIRA, 1997).

A conduta sistemática formada entre tais cientistas, especialmente entre os médicos sanitaristas, foi responsável pela mais profunda herança de caráter científico moderno que receberam as primeiras universidades brasileiras, constituídas praticamente como confederações de escolas profissionais (medicina, direito, engenharia e agronomia). Por essa razão, entende-se, neste artigo, que a universidade de pesquisa brasileira foi o encontro entre a tradição das escolas profissionais e o horizonte aberto pelos agentes de institutos de pesquisa científica. Esse encontro não foi regra, mas tomou forma em algumas instituições e está por trás da institucionalização da pesquisa científica já nas décadas de 1920 e 1930. Tal entendimento permite que se reavalie a perspectiva, um pouco difusa na literatura, de que a institucionalização da pesquisa científica desinteressada é resultado da criação ilustrada da Universidade de São Paulo na década de 1930.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José M. de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Available at: <http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=CARVALHO_Jose_Murilo_de_%20A_Escola_de_Minas_de_Ouro_Preto.pdf>. Accessed in 2 of June of 2011.

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



CUNHA, Luiz Antônio C. R. da. **A Universidade Temporã**: o ensino superior, da colônia à era Vargas. 3ª edição. São Paulo: UNESP, 2007.

DURHAM, Eunice R. **As Universidades Públicas e a Pesquisa no Brasil**. Documento de Trabalho do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, n. 09, 1998.

_____. **O Ensino Superior no Brasil**: Público e Privado. Documento de Trabalho do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, n. 03, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: a formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. Universidade e Desenvolvimento. In: IANNI, O. **Florestan Fernandes**: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 5ª ed., 2006.

FERNANDES, Ana Maria. **A construção da ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília: Universidade de Brasília, ANPOCS, CNPq, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORIZE, Henrique. **Observatório Astronômico**: um século de história (1827-1927). Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins : Salamandra, 1987.

OLIVEIRA, Renato de. **Éthique et médecine au Brésil**. Étude sur les rapports entre le débat sur l'éthique médicale et la participation politique des médecins brésiliens dans la période 1978-1988 – v. 1 e 2. (Tese de doutorado apresentada à E.H.E.S.S., Paris, setembro de 1994). Lille: Presses Universitaires de Lille, 1997.

OLIVEIRA, Renato de; NEVES, Fabrício; GUERRINI, Daniel; e KOPPE, Leonardo. Inovação Tecnológica No Brasil: Questões Éticas Da Ação Social Em Uma Economia Semiperiférica. **Parcerias Estratégicas** 14 (29) (jul-dez) 2009: 59–74.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a Ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia & Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SODRÉ, Nelson W. Morize e o Observatório Nacional. In: MORIZE, Henrique. **Observatório Astronômico**: um século de história (1827-1927). Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins : Salamandra, 1987.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

THIELEN, Eduardo Vilela e SANTOS, Ricardo Augusto dos. Belisário Penna: notas fotobiográficas. **Hist. cienc. saude-Manguinhos** [online]. 2002, vol.9, n.2, pp. 387-404.